

ATA DA 6ª REUNIÃO DA CT DA MEO

15 de Junho de 2023

PRESENÇAS

Ana Patricia Silva, António Santos, Fernando Patrício, Francisco Gonçalves, Hélder Ribeiro, Isabela Mendes, Jaqueline Brito, Jorge Pinto, Maria José Cardoso, Rui Pedro Moreira e Sérgio Pato.

ORDEM DE TRABALHOS:

- Votação da Ata da 5ª Reunião;
- Comunicação da Atividade do Secretariado entre reuniões ordinárias;
- Comunicação das Ações do Secretariado em plano;
- Ponto de Situação dos primeiros 100 dias da CT MEO;
- Proposta de Modelo de Reuniões com a Gestão;
Avaliação do piloto do Fórum da CT MEO;
- Apresentação do site CT MEO;
- Discussão sobre a Formação e Apoio Jurídico à CT MEO;
- Revisitar o tema das ações a adotar em função dos sistemáticos incumprimentos por parte da Empresa;
- Votação da proposta do Secretariado para a reunião de julho.

No dia 15 de junho de 2023, com início às 10h, em formato online via Teams, iniciou-se a sexta reunião ordinária da Comissão de Trabalhadores (CT) da MEO, com a presença dos 11 membros do Coletivo da CT.

O coordenador Jorge Pinto, como ponto prévio, apresentou o mapa de presenças indicando as ausências não justificadas, sendo que no caso específico do eleito Hélder Ribeiro ocorreu a perda de mandato, no estrito cumprimento dos Estatutos, visto que faltou injustificadamente a três reuniões consecutivas.

Foi solicitado pela Maria José Cardoso para se clarificar o que se considera como falta injustificada.

Francisco Gonçalves refere que em nenhuma das reuniões até agora realizadas foi injustificada qualquer ausência dos membros da CT, basta ler aquilo que o Secretariado chama de ata, está simplesmente ausência. Que esta CT nos primeiros 100 dias foi completamente inútil e inexistente limitando-se a ações de propaganda pois não há nenhuma vista aos locais de trabalho, nem contactos com trabalhadores para a resolução dos seus problemas. Acrescentando que considera o ponto prévio da tentativa de afastar um membro da CT eleito pelos trabalhadores uma “caça às bruxas”, lembrando-se que no dia da reunião presencial no Porto, informou que o Hélder Ribeiro e o Fernando Patrício tinham tido nos dias 19 e 20 de maio a tomada de posse como dirigentes do SINTTAV.

Rui Pedro Moreira afirmou que tendo em conta as faltas injustificadas, terá de se efetuar a substituição logo que possível, pelo elemento seguinte da “Lista A”, para que na próxima reunião a CT esteja completa.

Jorge Pinto esclareceu que o conceito de faltas injustificadas resulta da lei e que quem falta, ou informa previamente da sua justificação ou, no caso de um imprevisto, deve comunicar a justificação o mais depressa possível, pelo que quando se faz a ata não se sabe se a ausência corresponderá a uma falta injustificada.

Ana Patricia Silva é da opinião que o Helder Ribeiro, estando presente na reunião, se deveria pronunciar uma vez que é o visado na perda de mandato.

Hélder Ribeiro considerou o ponto prévio um ato de cobardia e deslealdade e que se pronunciará sobre o mesmo numa reunião presencial, continuando sem justificar as ausências.

De seguida deu-se início á ordem de trabalhos.

Colocada a votação a Ata da 5ª Reunião Ordinária a mesma foi aprovada com 6 votos a favor. Três elementos do Coletivo da CT não votaram. Dois não votaram por não terem estado presentes na reunião.

Sérgio Pato indicou que não irá votar nenhuma ata enquanto as anteriores não forem retificadas.

Francisco Gonçalves concordou com o a intervenção do Sérgio Pato tendo acrescentado que não iria votar nenhuma ata enquanto as mesmas não refletissem o que efetivamente é dito nas reuniões em relação à posição de cada um.

Jorge Pinto afirmou que todos os comentários enviados ao Secretariado relativos às atas anteriores foram incluídos, considerando que o incidente com comentários a vermelho numa primeira ata, foram atempadamente esclarecidos.

Hélder Ribeiro diz que os panfletos enviados não são atas.

Passados ao ponto **Comunicação da Atividade do Secretariado entre reuniões ordinárias**, foi efetuado ponto de situação pelo Jorge Pinto.

Recordou que tendo a última reunião do Coletivo da CT ocorrido a 11 de maio, no dia seguinte houve a reunião com a Gestão. Informou ainda que nesse mesmo dia ocorreu uma reunião do Secretariado, na Assembleia da República, com o grupo parlamentar do partido LIVRE, resultante de uma apresentação que o Secretariado fez a todos os Grupos Parlamentares. O Secretariado fez-se ainda representar no RoadShow da empresa na Zona Sul e aproveitando a participação da Ana Patricia Silva na Corrida Solidária de 27 de maio, a mesma representou o Secretariado nesse evento. Foi comunicado ainda que foi aberta uma conta bancária em nome da CT de onde serão pagas as despesas a partir de 1 de abril de 2023, conforme comunicado pela empresa.

Francisco Gonçalves questionou o envio de convite à CT para se fazer representar no RoadShow da CEO dado que não teve conhecimento de nenhum convite da empresa à CT. Referiu que sabia que estava marcada uma nova sessão para Santa Maria da Feira e que pretendia estar também presente nessa sessão enquanto membro da CT eleito pelos trabalhadores. Questiona porque é que as informações enviadas ao Secretariado não chegam ao coletivo da CT e quem decide quem representa a CT nas várias atividades.

Maria José Cardoso esclarece que anteriormente a empresa fazia o pagamento das despesas diretamente ao trabalhador, sem intermediários, sendo que mais recentemente o pagamento era efetuado ao Francisco Gonçalves, que depois transferia o dinheiro para quem tinha apresentado despesas.

Foi feito um esclarecimento pelo Coordenador da CT sobre as informações que chegam ao email da CT e como são tratadas, já esclarecido em reuniões anteriores. Foi também recordada, conforme comunicação que a empresa fez à CT, a informação de que a empresa comunicou um valor mensal com limite de 1.300€ para despesas do Coletivo da CT e de 1.000€ anuais para despesas de consumíveis.

Hélder Ribeiro considerou que a empresa está a financiar o Secretariado com este modelo de despesas. Na sua opinião temos um Secretariado que se apropriou da CT e esconde as atividades. A CT resume-se ao Secretariado. O DRH está a subsidiar o Secretariado.

Foi esclarecido pelo Coordenador que a empresa irá transferir o valor das despesas apresentadas até ao limite máximo de 1.300€/mês. Não vai transferir mensalmente 1.300€, ou seja, caso não sejam apresentadas despesas a empresa não irá transferir nenhum valor. Não existe assim qualquer financiamento, mas existe transparência, visto que todas as despesas, contrariamente ao que acontecia no passado, têm obrigatoriamente de ser justificadas com apresentação de faturas com o número de contribuinte da MEO. Além disso, as despesas serão todas validadas pela DRH. E relativamente à CT, o extrato bancário será apresentado regularmente a todos os eleitos.

Rui Pedro Moreira indica que quando o Hélder Ribeiro diz que o Secretariado esconde informação está a agir de má-fé.

Francisco Gonçalves alertou para a ilegalidade da empresa financiar a CT, para ele qualquer atividade que faça enquanto membro da CT é equiparada a serviço e tem de ter o enquadramento do ACT, incluindo o seguro de acidentes de trabalho. Afirmou que na anterior CT não existia falta de transparência, acrescentando que se algum membro da CT usasse de forma abusiva ou fraudulenta as despesas em deslocações poderia sempre ser alvo de um processo disciplinar para despedimento e a empresa tinha meios de comprovar se o membro da CT esteve efetivamente neste ou naquele local e trabalho e/ou reunião. Havia sim era responsabilidade e o

cumprimento do regime de deslocações e ajudas de custo do ACT que é aplicado a todos os trabalhadores da MEO SA: sem discriminações. Quer saber em que nome foi aberta a conta e qual o valor depositado nessa conta e onde está a decisão do Coletivo a validar essa decisão. Afirma também que o Secretariado não tem autonomia nem poder para tomar decisões. Se o faz está a desconsiderar os restantes membros e os Estatutos da CT. O Secretariado não tem o poder de deliberar, esse poder é do Coletivo. Apenas tem o poder de se fazer representar. Afirmou que não vai aceitar pagamentos oriundos da Conta Bancária da CT e que considera que é a empresa que tem de pagar as suas despesas em atividade diretamente. Indica que a atual CT é uma nulidade total e vai “morrer” com o seu próprio veneno.

Sérgio Pato indica que o Secretariado é que decidiu abrir a conta no banco, ou seja, nada foi deliberado pelo Coletivo.

Jorge Pinto esclarece que a Conta Bancária resulta de uma necessidade da empresa em fazer pagamentos na sequência do apoio à atividade da Comissão de Trabalhadores e estranha é a forma como no passado eram efetuados pagamentos, sem apresentação de faturas e uns elementos recebiam em transferências bancárias entre conta pessoais. Informou ainda que para o Secretariado da CT efetuar os pagamentos aos membros do coletivo, os mesmos devem indicar o NIB/IBAN onde querem receber as despesas.

Retomada a Ordem de Trabalhos entrou-se no ponto **Comunicação das Ações do Secretariado em plano**, onde foram apresentadas as atividades planeadas, nomeadamente:

- Reagendar uma Reunião Aberta do Secretariado com a presença de todas as SubCT.
- Formação para todos os membros da CT sobre a Agenda do Trabalho Digno.
- Reabertura do processo relativo ao Planos de Saúde, contactando para isso os Sindicatos.

Dado o avançado da hora foi decidido passar para o penúltimo ponto da ordem de trabalhos: **Revisitar o tema das ações a adotar em função dos sistemáticos incumprimentos por parte da Empresa.**

Ana Patricia Silva é a favor de apresentação de queixa à ACT contra a empresa pela falta de resposta aos diversos pedidos efetuados.

Francisco Gonçalves expressa que é favorável à apresentação de uma queixa contra a empresa.

Rui Pedro Moreira sugere primeiro uma Carta Aberta à CEO da empresa a sensibilizar para esta questão e só depois seguir para queixa na ACT.

António Santos concorda com a opinião do Rui Pedro Moreira e considera que a CT está a ser “embalada” pela empresa, ao ponto de estar praticamente a dormir.

Ana Patricia, Jaquelina concordam com o envio de carta registada ou aberta à CEO da empresa.

Fernando Patricio também concorda com o envio de carta registada à CEO da empresa, sendo que consideram que a empresa já está a “embalar” a CT há bastante tempo.

Isabela Mendes acha que se deve aguardar pela próxima reunião com a gestão e avaliar posteriormente o envio da carta.

Não havendo um consenso sobre a medida a adotar, Jorge Pinto considerou que se deve trabalhar no teor de uma Carta, sendo que o assunto deveria ser novamente trazido para uma reunião do Coletivo da CT após uma próxima reunião com a Gestão.

Por fim, entrou-se no ponto da **Votação da proposta do Secretariado para a reunião de julho**, onde foi sugerido pelo Jorge Pinto que a reunião fosse presencial e na zona da Grande Lisboa. Foram dados como exemplos Cascais/Sintra/Taguspark e Setúbal. Colocada a votação a proposta do Secretariado foi aprovada com 8 votos a favor.

Ficando para uma próxima reunião os restantes pontos da Ordem de Trabalhos, a reunião terminou às 13h25m com a leitura de um esboço da minuta da ata.

Anexo:

- Minuta da Ata
- Mapa de Presenças

MINUTA DA ATA

6ª REUNIÃO DA CT DA MEO

Dia 8 de junho de 2023, com início às 10h, em formato online via Teams, iniciou-se a sexta reunião ordinária da Comissão de Trabalhadores (CT) da MEO com a presença dos 11 membros eleitos da CT.

O coordenador Jorge Pinto, como ponto prévio apresentou o mapa de presenças indicando as ausências não justificadas, sendo que no caso específico do eleito Hélder Ribeiro ocorreu a perda de mandato no estrito cumprimento dos Estatutos.

De seguida deu-se início à ordem de trabalhos tendo-se abordado os assuntos:

- Votação da Ata da 5ª Reunião;
- Comunicação da Atividade do Secretariado entre reuniões ordinárias;
- Comunicação das Ações do Secretariado em plano.

Por limitações de tempo foi proposto interromper a ordem de trabalhos original para serem abordados os últimos dois assuntos:

- Revisitar o tema das ações a adotar em função dos sistemáticos incumprimentos por parte da Empresa;
- Votação da proposta do Secretariado para a reunião de julho.

A ata da 5ª reunião foi aprovada com 6 votos a favor. Três elementos do Coletivo da CT não votaram.

Para a reunião de julho foi proposto que a reunião fosse presencial e na zona da Grande Lisboa, tendo em consideração a reunião com a Gestão agendada para o dia seguinte. A proposta foi aprovada com 8 votos a favor.

A reunião terminou às 13h25 com a leitura de um esboço da presente minuta da ata.



COMISSÃO TRABALHADORES MEO

REUNIÕES E REGISTO DE PRESENCAS

	1ª Reunião	2ª Reunião		3ª Reunião	4ª Reunião	5ª Reunião	6ª Reunião
	19/01/2023	16/02/2023	23/02/2023	16/03/2023	20/04/2023	11/05/2023	15/06/2023
JORGE MIGUEL SANTOS LOPES PINTO							
FRANCISCO MANUEL CARDOSO GONCALVES				FJ (férias)			
RUI PEDRO RODRIGUES DE LIMA MOREIRA							
HELDER DA COSTA PEREIRA RIBEIRO				FI	FI	FI	
JAQUELINA MARIA SANCHES BRITO							
MARIA JOSE SOUSA CARDOSO					FI	FI	
ISABELA MARIA MARTINS SILVA MENDES							
FERNANDO MANUEL NUNES PATRICIO					FI		
ANTÓNIO FERNANDO LOPES DOS SANTOS							
SERGIO BRAZ RODRIGUES PATO							
ANA PATRICIA RODRIGUES DE OLIVEIRA SANTANA DA SILVA							

LEGENDA: FJ: Falta Justificada / FI: Falta Injustificada